

EXTINÇÃO DAS ORDENS RELIGIOSAS E DINÂMICAS SÓCIO-CULTURAIS: FRADES RESIDENTES NO ALTO-MINHO NO SÉCULO XIX *

HENRIQUE RODRIGUES **

1. Introdução

O Alto-Minho, na área correspondente ao actual distrito de Viana do Castelo, estava bem povoado de estabelecimentos religiosos ¹, localizados em vários municípios e mesmo em muitas freguesias ². Nestes espaços havia vivências de intenso apego à conventualidade, produzia-se e circulava a cultura escrita. O ensino das primeiras letras ³, especialmente a partir do

* Este texto corresponde, no essencial e com ligeiras adaptações, a um capítulo da nossa dissertação de Doutoramento, *Alto-Minho no século XIX, contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*, Porto, Faculdade de Letras, 2003, pp. 29-70.

** Doutor em História Moderna e Contemporânea pela FLUP. CEPES (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade).

¹ Este cenário tinha sido referenciado no antigo Regime, cujo resultado era «*o excessivo número de conventos de frades e freiras*» donde resultou «*uma profundíssima relaxação dos costumes*», como sublinha SANTOS, Eugénio dos – *A Igreja em Portugal sob a Monarquia*, in *História de Portugal*, volume VII, dirigida por MEDINA, João – Amadora, Clube Internacional do Livro, 1997, p. 186.

² Para um conhecimento da população religiosa nos inícios de oitocentos, onde havia mais de três centenas de frades, um total superior a meio milhar de membros nos conventos, em dezanove casas de religiosos do sexo masculino, ver SOUSA, Fernando; ALVES, Jorge Fernandes – *Alto-Minho, População e Economia nos Finais de Setecentos*, Lisboa, Presença, 1997, p. 59-61. Como fonte, remetemos para CRUZ, António – *Geografia e Economia da Província do Minho nos Finais do Século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

³ Para uma visão sintética do ensino no século XIX, consultar: NETO, Vítor

reinado de D. Maria I, tinha sido tarefa incumbida a frades e presbíteros ⁴ que assumiram o ónus da docência até à data da extinção ⁵ das ordens religiosas.

Depois da implantação definitiva do Liberalismo, com a aplicação do decreto do “mata-frades” ⁶, muitos membros da Igreja, despojados dos

Pereira – *O ensino, III, época contemporânea (até 1910)*, in *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*, tomo [2], coord. de AZEVEDO, Carlos Moreira – Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 123-127.

⁴ A instrução e a alfabetização estiveram sempre muito ligadas a eclesiásticos, cabendo aos frades assegurar o ensino conventual. FERNANDES, Rogério – *Os Caminhos do ABC, Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 273. Ver, ainda, relativamente a esta problemática, as reformas educativas levadas a cabo por Marquês de Pombal e D. Maria I, cujas listas de substituição e mobilidade de professores pode ser consultada em GOMES, Joaquim Ferreira – *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, 2ª Edição, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, pp. 27-69. Nós elaborámos uma síntese para o Alto-Minho, onde observámos a mobilidade a que foram submetidos os agentes de ensino. Cf. RODRIGUES, Henrique – *Escola e família no Alto-Minho, séculos XVIII-XIX*, Separata de Revista «Memória», Vol. 2, Viana do Castelo, Instituto Católico, 1995.

⁵ O decreto datado de 28 de Maio de 1834, assinado por Joaquim António de Aguiar, abrangia toda a rede religiosa formada por « (...) conventos, mosteiros, collegios, hospícios, e quaesquer casas religiosas de todas as ordens regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra.» Enquanto que as alfaías do culto eram postas à disposição do clero secular, os restantes bens patrimoniais foram incorporados na fazenda nacional. Este decreto apresentava-se mais acutilante para os religiosos que tinham apoiado a causa da usurpação, tendo, por isso, ficado excluídos da pensão anual que o estado atribuía a cada egresso. O artigo 4º desta lei apresenta seis parágrafos, onde se indicam os tipos de acções e comportamentos que excluem os frades do subsídio pago pelo estado e que transcrevemos:

«1º Os que tomaram armas contra o Throno legitimo ou contra a Liberdade nacional.»

«2º Os que em favor da Usurpação abusaram do seu Ministerio no confessorario ou no pulpito.»

«3º Os que aceitaram beneficio ou emprego do Governo do Usurpador.»

«4º Os que denunciaram ou perseguiram directamente os seus concidadãos por seus sentimentos de fidelidade ao Throno legitimo e de adhesão à Carta Constitucional.»

«5º Os que acompanharam as tropas do Usurpador.»

«6º Os que no acto do restabelecimento da autoridade da Rainha ou depois d'elle, nas terras em que residiam, abandonaram os seus conventos, mosteiros, collegios, hospícios ou casas respectivas.»

Os restantes recebiam, enquanto não tivessem emprego público ou rendimento superior ao que auferiam, uma verba idêntica ao ordenado de um professor do ensino das primeiras letras, com 7\$200 réis mensais uns e outros 12\$000. Cf. A.G.C., *Relação de*

bens ⁷, regressaram às terras de naturalidade; outros decidiram-se por continuar na área de residência onde se encontravam ⁸, opção derivada da falta de um lar que os pudesse acolher, por terem sido espoliados ⁹, limitando-se à mendicidade ¹⁰ no sítio onde viviam ¹¹, outros optaram pelo ensino da

egressos habilitados na Administração Geral de Vianna, folha 34v-65. O decreto de 20 de Junho regulou a importância das pensões aos egressos. ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Porto/Lisboa, Livraria Civilização-Editora, 1970, p. 49.

⁶ Com a aplicação do Decreto de extinção, foram suprimidas 448 casas religiosas, entre as quais havia 356 do sexo masculino, cuja população conventual rondava as 6289 almas, distribuídas por 5061 religiosos professores, 591 frades leigos e 637 criados, como refere: SILVA, António Martins da – *Extinção das ordens religiosas*, in *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*, tomo [2], coord. de AZEVEDO, Carlos Moreira – Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 233.

⁷ Para uma visão sobre os bens e rendimentos das ordens religiosas, veja-se: SOUSA, Fernando de – *O Rendimento das Ordens Religiosas nos Finais do Antigo Regime*, in «Revista de História Económica e Social», n.º 7, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, pp. 1-27. Também é importante a entrada do artigo «Bens» por PEREIRA, Fernando Jasmins – in *DICIONÁRIO da História da Igreja em Portugal*, 2.º volume, direcção de ANDRADE, António Alberto Banha de – Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 692-754. Relativamente a prerrogativas e isenções da Igreja e dos eclesiásticos, como grupos privilegiados, ver ESPANHA, António Manuel – *As Vésperas do Leviathan, Instituições e Poder Político, Portugal- século XVII*, Coimbra, Almedina, 1994, pp. 324-343.

⁸ Vários indivíduos, naturais de outras localidades, optaram por continuar em Viana do Castelo, tendo acabado os dias neste burgo. Uns permaneceram por motivos profissionais, como a leccionação em escolas públicas, outros por opção e mesmo por razões afectivas à terra onde se encontravam em 1834, mas, um bom número decidiu-se pelo regresso à freguesia de origem ou foram acolhidos por familiares, deslocando-se para outros concelhos.

⁹ Houve alguns indivíduos que até os hábitos perderam, como sublinha COSTA, Pe. Avelino de Jesus da – *O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez (subsídios para uma monografia do concelho)*, Arcos de Valdevez, Edição do Autor, 1984, p. 79. O Decreto de 5 de Agosto de 1833 era muito acutilante e determinava que os membros da Igreja que tinham desertado das paróquias, capelas, conventos, mosteiros e outros espaços, depois da aclamação de D. Maria II, pondo-se ao lado de D. Miguel, perderiam todos os bens, por serem considerados obreiros de uma traição, assim como os conventos ou mosteiros, onde se instalassem estes miguelistas, seriam fechados. BRAGA, Paulo Drumond – *Igreja, Igrejas e Culto*, in *NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL, Portugal e a Instauração do Liberalismo*, volume IX, coord. de MARQUES, A. H. Oliveira – Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 312-313.

¹⁰ MARTINS, Oliveira – *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, Lisboa, Guimarães & C^a Editores, 1979, p. 20. A morosidade em obterem uma pensão, ou mesmo a teimosia em não quererem jurar a Carta, levou estes agentes da Igreja para a mendicidade, ficando

catequese e das primeiras letras na própria habitação ¹² e mesmo à leccionação em colégios particulares, sendo raros os que encontraram espaço no ensino público.

Assim, com a vinda de religiosos de outras áreas para os vários concelhos do Alto-Minho, que efeitos demográficos e sócio-culturais emergem da extinção das ordens religiosas nesta região? Que relação se encontra entre os índices de alfabetização dos emigrantes e o novo quadro religioso existente nesta zona?

Pretendemos conhecer em detalhe o perfil dos frades radicados no distrito de Viana do Castelo. Se eram ou não possuidores de um estatuto cultural elevado e que formação académica tinham adquirido tais monges. Também nos interrogamos sobre a difusão das letras, na procura de saber se possuíam bibliotecas, como ocupavam os dias depois de afastados dos conventos e, acima de tudo, qual foi o verdadeiro impacto destes membros da Igreja na área da escolarização.

Não havendo dados concretos sobre a acção dos conventuais ao nível do ensino, embora fossem homens portadores de uma cultura destacável, proporcionada pela frequência de estudos nas respectivas ordens religiosas, era importante descobrir fontes onde se atestasse que eles se dedicaram à difusão oficial do abecedário, em aulas particulares ou mesmo em espaços privados ou domésticos.

As listas facultam-nos uma radiografia completa sobre os níveis etários, nome do convento, identificação civil, proveniência geográfica, local de fixação, habilitações, capacidades para o desempenho de uma profissão, além de

na mais triste miséria. A fome impunha o recurso aos agiotas, que pagavam 1\$500 ou 1\$600 réis por título de 7\$200 (papéis de crédito emitidos pelo tesouro) e pouco mais de 3\$000 pelos de 12\$000, sublinha ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Porto/Lisboa, Livraria Civilização-Editora, 1970, p. 53.

¹¹ Os religiosos, ao assistirem à nacionalização dos bens da própria comunidade com a extinção das respectivas congregações, ficaram a viver de uma pensão a que tinham de se habilitar e, muitos deles, além de verem destruído o *modus vivendi*, foram afastados da leccionação, por estarem afectos ao governo de D. Miguel, ficando sem recursos à mercê da caridade. Um exemplo destes foi Frei José de São Tomé, natural de Valença, que só aceitou a pensão quando já não possuía «*um cruzado novo para mandar concertar os cothurnos*», como nos relata um historiador coevo. CALDAS, José – *Os Humildes*, Porto, Livraria Chardron, 1900, pp. 5-17. Este egresso, natural de Cerdal, Valença, e seu irmão, Alexandre da Expectação, fizeram os estudos das primeiras letras em Paredes de Coura, por não haver mestre na sua terra.

¹² O ensino ocorria frequentemente na própria habitação do professor, o que também se verificou entre os docentes que iniciaram funções nos primeiros anos da funda-

outras referências relativas ao comportamento político. Neste contexto, as nossas interrogações avolumam-se, porque este escol aparece disseminado pelas terras do Alto-Minho. Em que aldeias se fixaram? Que consequências terão advindo para a formação da juventude das várias paróquias? Durante quanto tempo irão sustentar a formação académica de quem almejava habilitar-se ao prosseguimento dos estudos ou ausentar-se para o Brasil? Eis alguns quesitos que nos perseguiram desde o início deste trabalho.

2. As fontes

As primeiras listas sistematizadas, uma das fontes por nós usadas, fazem parte de um livro sobre os egressos e apresentam relações dos frades habilitados, com permissão do Conselho de Distrito de Viana do Castelo, para auferirem das prestações relativas ao ano de 1839. Este corpo documental, existente no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC) possibilita o conhecimento da data em que se iniciou a atribuição do subsídio, do nome do monge no convento, identificação civil, categoria na ordem, montante a receber do cofre do Estado, além de um campo com observações. Entre as folhas 54 e 56 deste Livro encontra-se uma lista idêntica relativa aos falecidos, se estavam habilitados à prestação, quanto auferiam, com o pormenor de ter anotada a data do óbito ¹³.

Outra peça, a mais importante para a base deste artigo, é constituída por vários documentos, que formam um maço onde foi reunida a correspondência relativa aos ex-frades as «*Relações de todos os Egressos residentes...*» em cada um dos concelhos do distrito de Viana. Este *corpus* documental, existente no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, tem uma sobrecapa com o título: «*Egressos prestacionados residentes no Distritcto...*».

As listagens dos «*egressos prestacionistas*» ¹⁴ foram elaboradas em dois momentos diferentes. O primeiro, na vigência do sistema de

ção do Liceu de Viana do Castelo. Outro exemplo encontrámo-lo entre as muitas classes de professores particulares, como foi ilustrado por: CALDAS, José – *Os Humildes*, Livraria Chardron, Porto, 1900, pp. 79-107. Dos documentos que compulsámos, merece destaque o «*Relatorio [da administração do concelho...] Caminha, 7 d'Agosto de 1862.*» A.G.C., pasta 183, maço 31, por nele estar bem explícito que os frades, depois de terem regressado à terra natal, dedicaram-se ao múnus da leccionação gratuita em casa, alfabetizando familiares, filhos de amigos e mesmo vizinhos que desejavam adquirir instrução.

Prefeituras, foi organizado sob orientação da circular nº 51, de 2 de Junho de 1835, que exigia aos Provedores «*huã relação nominal de todos os egressos das ordens religiosas extintas habilitados para receberem prestação alimentaria...*»¹⁵. Os outros róis, datados de 1841, permitem-nos o maior número de referências ao estatuto sócio-cultural, onde existe um universo de informações que nos possibilita o conhecimento de uma boa parte do tecido religioso do Alto-Minho, após a exclaustração das ordens religiosas¹⁶.

Com tais *corpus* documentais foi possível arrolar os egressos que viviam noutras áreas e vieram fixar-se no distrito de Viana, provavelmente na localidade de onde eram naturais; pudemos conhecer os níveis etários dos frades em 1834; conseguimos projectar o ano de nascimento; descobrimos a ordem religiosa onde professaram, convento ou mosteiro onde se encontravam; avaliámos as condições físicas de que gozavam, a “*capacidade moral*” e o nível de instrução, além de outros elementos. Há relações que se mostram mais ricas e pormenorizadas na identificação, apresentando o nome do «*século*», da ordem religiosa e mesmo a designação adoptada depois de regressarem à vida civil¹⁷.

¹³ No mesmo Livro sobre egressos, existe, entre as folhas 15v e 19, a «*Requisição dos bens nacionais*», com a respectiva avaliação, onde se faz nota do local, congregação a quem correspondiam, descrição das propriedades, destino a dar-lhes, avaliação e observações. Segue-se, nas folhas 20 e 23, a «*Relação de todos os bens nacionais não arrendados no presente anno, organizados segundo a determinação da portaria circular do thesouro, 3ª repartição, data de 18 de Maio de 1837.*»

¹⁴ Estas relações, segundo o decreto de Joaquim António d’Aguiar, excluíam os frades que se tivessem manifestamente declarado, através dos mais variados processos, a favor da causa miguelista. Veja-se o exemplo da petição do Pe. Manuel António Barbosa, chamado na ordem por Pe. Frei Manuel de Nossa Senhora, egresso Carmelita Descalço no convento dos Remédios, em Lisboa, e agora a residir em Padornelo, Paredes de Coura, para habilitação à respectiva prestação, onde declara que nunca pegou em armas contra a causa da «*restauração, nem depois della ou em tempo algum em armas contra as instituições liberaes em seu governo e sempre respeitou e sempre lhe obedeceu (...) nunca pregou contra as mesmas instituições e seu governo (...)*» Cf. A.G.C., *Habilitação à prestação como egresso*, doc. avulso, datado de 18 de Agosto de 1857. Em 20 de Janeiro de 1845, segundo a informação prestada pela Câmara Municipal de Paredes de Coura, não tinha requerido a respectiva habilitação.

¹⁵ Estas comissões, para reunirem os fundos necessários ao pagamento das prestações, foram criadas por decreto de dois de Novembro de 1836. Os pagamentos começaram a ser formalizados a partir de Abril do ano seguinte, como se observa pela portaria de 10 de Abril de 1837.

¹⁶ Porque o universo do nosso estudo está circunscrito ao sexo masculino, importa referir, para uma visão urbana de um colégio feminino, onde a instrução teve

Podemos, ainda, analisar o tipo de actividades que estavam ao alcance destes homens, como a profissão que podiam desempenhar; conseguimos reconstituir o perfil social e cultural e observamos o fenómeno da osmose geográfica operada com a implantação do liberalismo.

O maço de documentos, inserido na pasta referente ao ano de 1841, recebeu o nº 62, quando a equipa responsável pela primeira fase de tratamento arquivístico os “arrumou”. Os que foram elaborados sob a responsabilidade da Sub-Prefeitura de Ponte de Lima, datados de 1835, possuem a cota 1.12.6.12. do Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo¹⁸, identificação mais recente e registada sob a responsabilidade da actual directora do A.D.V. É provável que existam outras peças documentais avulsas, porventura dispersas e por identificar, o que permitirá um cruzamento de informações¹⁹ e projectará mais luminosidade sobre a conjuntura em que se enquadra a figura do frade expulso, que se transformou em célula difusora de saberes alfabetizados, impulsionadora de novas e importantes dinâmicas culturais na terra de naturalidade ou nas áreas onde passaram a viver, depois de extintas as respectivas ordens religiosas.

3. Formação académica dos frades

A acção educadora da Igreja opera-se a partir da cerimónia principal, a Celebração da Eucaristia, presidida pelo Livro, a Bíblia, e privilegia a excelência do meio oral²⁰. O ministro de Deus, o sacerdote, é o maior difusor da

impacto no decorrer do século XVIII e XIX, a obra de ROCHA, Manuel Inácio – *O Real Colégio das Chagas, Instrução de Meninas em Viana, (1778-1884)*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo/Centro de Estudos Regionais, 1996.

¹⁷ A «*Relação de todos os Egressos prestacionados existentes neste concelho...*» de Viana, datado de 25 de Setembro de 1841, elaborada de acordo com a circular emitida pelo Governo civil em 25 de Agosto do mesmo ano, apresenta na estrutura o «*nome que usou no século*», o «*nome que usou na clausura*» e nome adoptado na vida civil depois de 1834. É, certamente, uma das listagens mais pormenorizadas e que se transforma num bom instrumento para aclarar as dúvidas que a identificação põe quando são usados vários nomes.

¹⁸ Esta documentação, no momento em que a compulsámos, encontrava-se em fase de inventariação, tal como todo o espólio do Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, o que nos levou a apresentar os dois modelos de catalogação. Por ser, neste momento, uma tarefa cuja resposta não seria célere, optámos por identificar de acordo com os dois tipos de registos, todavia, demos preferência à cota actual, sempre que nos foi possível ter esta informação.

¹⁹ Numa busca feita aos *Livros de Testamentos*, no Arquivo Distrital de Viana do

cultura escrita, especialmente nas áreas de elevados índices de analfabetismo. Nos conventos ou mosteiros, mais do que noutros espaços rurais ou urbanos, a comunidade de religiosos possuía bibliotecas ²¹, fazia uso do livro ²² e constituía núcleos onde se ensinava ²³ desde a catequese à leitura, escrita e contabilidade ²⁴. Estas escolas existiram em Viana e noutras terras onde estavam sedeados os regulares, algumas delas com responsabilidades ao nível dos estudos superiores para o clero ²⁵, porque se ministrava Teologia ²⁶, Retórica e Lógica ²⁷. Este era o potencial de cultura religiosa ²⁸

Castelo (A.D.V.), localizámos testamentos de vários sacerdotes e serviram-nos para completar elementos deste quadro, além de podermos confirmar outras referências sobre estes membros da Igreja, que acabaram os dias em Viana do Castelo. Para um estudo globalizante sobre testamentos, era imprescindível que se fizesse a pesquisa em todos os concelhos, actividade que seria muito morosa, além de não caber nos objectivos deste trabalho. Do exercício que fizemos, ficamos a conhecer os bens materiais que possuía cada religioso e as preocupações com a morte e a alma.

²⁰ GÓMEZ, Antonio Castillo – «*In Nomine Patris*». *Libro e Iglesia en el Mundo Rural a Finales del Siglo XV. Notas para su Estudio*, in SAÉZ, Carlos; GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín – (Editores) *Las diferentes Historias de Letrados y analfabetos*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá, 1994, p. 89.

²¹ RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Os benditos e a Cultura: Ressonâncias da Ilustração*, in «Revista da Faculdade de Letras, História», II série, Vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 1984, pp. 168-173; SANTOS, Eugénio dos – *O Oratório no Norte de Portugal, Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, Porto, Instituto de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1982, pp. 318-322. Veja-se ainda CARDOSO, António M. de Barros – *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995. Uma prova em como estes membros da Igreja continuaram a cultivar a leitura, ou pelo menos coabitavam com o livro, pode ser vista através dos testamentos deixados, como é o exemplo de Frei António do Carmo Caldas, beneditino vindo de Rendufe para Viana, deixou a «*livraria constante de cento e setenta volumes (...) aos Irmãos Monges Beneditinos*» para quando regressassem, depositando tais livros nas mãos do Reitor do Seminário. Cf. A.D.V., *Livro de Testamento*, n.º 48, folha 19v. Além deste exemplo, muitos outros frades levaram os livros dos conventos, como aconteceu recentemente com a oferta de vários milhares de tomos cedidos pelo Prof. Doutor Avelino Costa ao Seminário do Carmo de Viana do Castelo, obras que tinham sido pertença desta comunidade, conforme as informações colhidas junto do responsável pela Congregação.

²² RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Os benditos e a Cultura: Ressonâncias da Ilustração*, in «Revista da Faculdade de Letras, História», II série, Vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 1984, p. 166.

²³ A devoção da Igreja pelo livro fez desenvolver uma cultura literária no Ocidente, de forma que «Igreja e cultura intelectual rimaram sempre» diz Armindo de Sousa ao tratar das elites que envolvem a escola e o ensino, além dos vários tipos de escolas existentes desde a Idade Média. SOUSA, Armindo de – *Realizações*, in *HISTÓRIA de Portugal*,

e de saberes, onde as habilitações ²⁹ de cada frade representam as capacidades individuais para a difusão das letras.

A informação relativa à instrução dos monges foi dada a conhecer, juntamente com os indicadores de conduta moral, para que as autoridades pudessem aceder ao maior número de qualidades/capacidades destes agentes culturais e proporcionar-lhes uma actividade sócio-profissional adequada, o que lhes permitiria uma ocupação condigna, ao serem recuperados para a área educativa. Muitos figuram como sendo habilitados para o magistério das primeiras letras ³⁰, outros com capacidade para o ensino secundário e, ainda, para funções religiosas, como pastor de uma paróquia ou mesmo na qualidade de capelães ³¹. O estudo da implantação geográfica destes agentes ³² permite-nos uma imagem de conjunto, o que faremos tendo em conta cada espaço municipal.

segundo volume, direcção de MATTOSO, José – Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 532-546.

²⁴ Sobre o ensino na Arquidiocese de Braga no século XVII, ver SOARES, António Franquelim Sampaio Neiva – *A Arquidiocese de Braga no século XVII, Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais, (1550-1700)*, Braga, Edição do Autor, 1997, pp. 579-588.

²⁵ A Teologia Moral era ensinada em Viana desde o século XVII. Em 1722, havia no convento do Carmo trinta estudantes. A comunidade religiosa, em 1821, era formada por duas dúzias, dos quais dezanove tinham funções sacerdotais. JESUS, P. David do C. de – *A Reforma Teresiana em Portugal*, Lisboa, s.e., 1962, p. 48.

²⁶ Para uma visão sobre os estudos teológicos, ver PEREIRA, José Esteves – *Teologia e Apologética em Portugal na segunda metade do século XVIII*, in «Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora» Actas, vol I, Évora, Instituto Superior de Teologia/Seminário Maior de Évora, 1994, pp. 133-139.

²⁷ Como exemplo do ensino da filosofia e da teologia dos oratorianos, onde se analisa ao pormenor nomes de alunos, matérias, métodos de ensino, cursos e professores, veja-se SANTOS, Eugénio dos – *O Oratório no Norte de Portugal, Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*, Porto, Instituto de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1982, pp. 286-318.

²⁸ As prerrogativas que as ordens religiosas detinham, além de terem uma grande responsabilidade nesta área, conferia-lhes um «*espírito de impunidade (que) chocava frontalmente com a mentalidade liberal*», por isso, não é de admirar «*que os frades sejam tão orgulhosos e tão altaneiros*» escrevia José Pecchio, um viajante estrangeiro. BRAGA, Paulo Drumond – *Igreja, Igrejas e Culto*, in *Nova História de Portugal*, direcção de SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. Oliveira – Lisboa, Editorial Presença, 2002, 326-327

²⁹ Para uma visão sobre o clero em geral, circunscrita ao arceprestado de Ponte de Lima, veja-se: SOARES, Franquelim Neiva – *A Sociedade Pontelimensis na Primeira Metade do Século XIX, o Inquérito do Arceprestado de 1845-1846*, in «Arquivo de Ponte de Lima», vol. III, vol. V, vol. VI, vol. VII, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte

Residiam, em 1841, no concelho dos Arcos de Valdevez, ex-conventuais com um perfil cultural e de instrução bem aquilatado. Tinham refluído das mais diversificadas paragens como: Coimbra, Tibães ³³, Lisboa, Ponte de Lima, Santa Maria do Bouro, Guimarães, Vila Real, S. Pedro d'Águias de Lamego, Ganfei, Braga, entre outras terras ³⁴.

A lista desta autarquia da Ribeira-Lima mostra-nos que retornaram mosteirais identificados como detentores de «*alguma instrução*», outros qualificados com a nota de “*excelente*” e mesmo alguns sacerdotes formados com os estudos de Teologia, Filosofia, Dogmática e Moral. Salientamos, ainda, a presença de Frei Francisco Loreto Melo, ex-mestre na ordem e «*lente na Universidade*» de Coimbra. Falamos de um beneditino, Doutor em Teologia, que, em 1841, tinha 64 anos de idade ³⁵. Neste mesmo ano, o professor das primeiras letras da freguesia de Vale, deste município de Arcos de Valdevez, era Francisco José Nunes ³⁶, regular proveniente de Santa Maria do Mosteiró, com 22 anos à data da exclaustração.

A descrição das faculdades intelectuais que possuíam, as quais proporcionavam o desempenho de uma actividade profissional, revela um quadro onde doze residentes ostentavam condições para ministrarem o ensino ³⁷; dez foram mencionados com qualidades para dedicarem o resto da vida ao

de Lima, 1982, 1984, 1985, 1986.

³⁰ São vários os casos de frades que tiveram ocupação no ensino oficial, como aconteceu a Frei Francisco Rainha dos Anjos que substituiu, em Ponte de Lima, António José Ferreira, professor suspenso em 1835. O Padre Joaquim Leite da Cunha Vasconcelos, egresso, auferia um rendimento nesta qualidade e como complemento da leccionação, pois fora colocado a dar aulas em Chafé, Cf. RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, O Alto-Minho e a miragem do Brasil*, Governo Civil de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1995, pp. 210-212, onde se anotam as respectivas fontes.

³¹ Entre muitos exemplos, destacamos Frei Agostinho da Conceição «*egresso da ordem do patriarca Sam Francisco da Conceição, actual capelão das religiosas Ursulinas*». Cf. A.D.V., *Livro de Testamentos n.º 43*, fol. 53-55v; Manuel do Carmo, capelão de Santana foi classificado como homem de descomunal cultura, matemático, cosmógrafo e teólogo poderosíssimo, com domínio perfeito do grego e do latim, ensinou teologia dogmática em Vila Real, CALDAS, José – *Os Humildes, o.c.*, pp. 13-14.

³² Para um conhecimento da distribuição geográfica e origem social do clero secular na região, antes do século XIX, ver: SOUSA, Fernando Alberto Pereira de – *O Clero a Norte do Douro em Finais de Setecentos*, policopiado, Porto, Faculdade de Letras, 1979.

³³ Não cabendo nesta abordagem a problemática em que se enquadra cada uma das ordens religiosas, não podemos deixar de fazer menção à ordem de São Bento e, relativamente a Tibães, ao trabalho de OLIVEIRA, Aurélio de Araújo – *A Abadia de Tibães*

serviço da Igreja, quer como párocos, quer nas funções de «*capelão de regimento ou de navio*». Outros, ou não apresentam qualquer anotação, ou foram rotulados como incapacitados ³⁸. Mais surpreendente é termos descoberto que Frei Francisco de Nossa Senhora do Rosário e Luís de Nossa Senhora da Luz, dois franciscanos responsáveis pelo ensino das primeiras letras ³⁹, o primeiro «*muito instruído*» e o segundo com um menor nível de “habilitações”, foram suspensos da actividade lectiva e substituídos por professores laicos, em 2 de Junho de 1834 ⁴⁰. A ambos os sacerdotes fora reconhecido talento e aptidão científica-pedagógica para a docência no ensino secundário.

Deslindamos, através deste cenário, que o concelho dos Arcos acolheu religiosos com elevado nível de cultura, onde emergem as capacidades intelectuais, e bem preparados para a difusão das letras ⁴¹, dos quais muitos terão sido responsáveis pelo ensino doméstico e, naturalmente, da catequese.

1630/80-1813, Propriedade, Exploração e Produção no Vale do Cávado Durante o Antigo Regime, 2 volumes policopiados, Porto, Faculdade de Letras, 1979.

³⁴ Continua por fazer o estudo da distribuição geográfica dos egressos para oitocentos, não obstante tenha havido trabalhos de síntese demográfica, como é exemplo o artigo de: FONSECA, Fernando Taveira – *Demografia Eclesiástica II, do século XVI aos inícios do século XX*, in *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*, tomo [2], coord. de AZEVEDO, Carlos Moreira – Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 47-58.

³⁵ Indicado como doente e velho, este frade recebia a prestação de 12\$000 réis mensais em 1841.

³⁶ Cf. A.G.C., *Relação dos Egressos residentes no Concelho dos Arcos de Val de Vez e Soajo, 13 de Dezembro de 1841*. Por este documento, sabemos que «*há neste concelho alguns outros que não estão prestacionados*», como prova de que os números apresentados não revelam a totalidade destas migrações e, naturalmente, segundo o decreto do “mata-frades”, de 28 de Maio de 1834, teriam um perfil político que os não abonaria para auferirem a prestação respectiva, por não se identificarem com os ideais implantados com o Liberalismo.

³⁷ Destacamos, entre estes, Frei Francisco do Sacramento, de nome civil Francisco António Pereira, a residir em Aguiã, tinha 38 anos quando regressou à terra natal.

³⁸ Um exemplo encontra-se na pessoa de Frei Francisco do Loreto, já referido, com 64 anos em 1841, «*inhábil por doente e velho*», mas com «*excelente capacidade*», este lente na Universidade de Coimbra. Cf. *Relação dos Egressos residentes no concelho dos Arcos de Valdevez e Soajo*, datado de 17 de Dezembro de 1841. Também Luís Estalisanau Saraiva, beneditino que se encontrava em Carvoeiro em 1834, com a idade de 77 anos foi indicado como «*impossibilitado*» e reunia «*boa moral e instrução*», em 13 de Dezembro de 1841. Ver a relação elaborada pelo administrador de Ponte de Lima. Esta figura, irmão do Cardeal Saraiva, regressou a Arcozelo e, como refere Oliveira Ramos, era possuidor de «*alguns livros*» que estão indicados na biblioteca de Frei

No tocante ao espaço geográfico de Caminha, os monges arrolados na respectiva listagem foram todos identificados como padres. Não sabemos se tal classificação reconhece que os religiosos tinham sido ordenados com o Sacramento ou se entre eles havia “irmãos” leigos. Dos casos aqui examinados, só nos é possível exarar, além dos ex-frades com o registo de «*encomendados*», Manuel Jesus Marinho da Cunha ⁴² na qualidade de professor Latim e Latinidade na sede da autarquia ⁴³. O jovem José do Bom Sucesso Guerreiro cursava em Lisboa ⁴⁴. Não deve ser muito ousado inferirmos que a família deste colegial possuía capacidades financeiras capazes para suportar os estudos em Lisboa e que aquele, responsável pela cadeira de latim, reunia qualidades atinentes ao bom perfil “académico” para o desempenho do respectivo múnus.

Importante e digno de nota é a confirmação de que neste município os religiosos tiveram um papel activo no processo de instrução ⁴⁵, onde alguns bem competentes davam aulas graciosamente a filhos de vizinhos, parentes, amigos e compadres ⁴⁶, actividade desempenhada como meio de ocupação do tempo de que dispunham, através da qual difundiam as letras.

Francisco de São Luís Saraiva. Cf. CARDOSO, António M. de Barros – *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995, p. 9.

³⁹ Para uma visão sobre as escolas conventuais e outras instituições de cultura religiosa, ver SOUSA, Armindo – *Memoráveis realizações* in *História de Portugal*, segundo volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 533-540. Em Viana da Foz do Lima, havia escolas conventuais, onde se aprendia humanidades, nos conventos de Santo António e de São Francisco, além do ensino ministrado pelos mestres do Carmo, onde eram formados os candidatos ao ensino universitário. CALDAS, José – *Os Humildes*, o.c., pp. 34-35.

⁴⁰ Professores desde 1819, leccionavam na vila dos Arcos de Valdevez. Cf. RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, O Alto-Minho e a miragem do Brasil*, Governo Civil de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1995, p. 210.

⁴¹ Desconhecemos o percurso de muitos destes egressos quanto ao desempenho de funções em estabelecimentos de ensino, mas podemos destacar vários no exercício da actividade docente, como mestres de escolas privadas, ou como professores no ensino estatal. Para exemplo temos Frei Francisco Rainha dos Anjos, frade leigo natural de Melgaço. Outro caso idêntico aconteceu ao Padre Joaquim Leite da Cunha Vasconcelos, frade beneditino de São Romão de Neiva, cujo nome conventual era Frei Joaquim do Salvador Leite Cf. RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização*, o.c., pp. 206-212; A.G.C. maço 1.12.6.12, «*Relação de todos os egressos residentes em Ponte de Lima...*», 6 de Agosto de 1835.

⁴² Frei Manuel de Jesus, natural de Fontoura, Valença, conhecido por «*padre-mestre de Caminha*», ensinou latim na sua cela até ao cabo da vida. Cf. CALDAS, José – *Os*

A área de Vila Nova de Cerveira acolheu mais de duas dezenas de novos agentes da cultura letrada, dos quais cerca de metade tinha alcançado os «*estudos maiores*», com frequência de Filosofia e Teologia e foram, oficialmente, reconhecidos como possuidores de boas aptidões para o magistério. Estes frades são provenientes dos mais diversos pontos geográficos, como: Porto, Lisboa, Braga, Coimbra, Crato e de vários conventos existentes no próprio distrito de Viana do Minho. Só encontrámos alusão a um «*irmão leigo*», o qual auferia a módica quantia de 5\$400 réis mensais ⁴⁷.

O Administrador de Melgaço elaborou um rol para este concelho conjuntamente com o de Castro Laboreiro. São parcimoniosas as informações relativas às habilitações literárias, pois aparecem seis com nota de que tinham «*capacidade moral e instrução*». Para os restantes só ficou averbada a «*capacidade moral*». Todos tinham o estatuto de «*leigos*», irmãos sem o curso de teologia e o Sacramento respectivo, pois não foram ordenados sacerdotes, o que levou o Administrador a classificá-los sem referências à instrução nem habilitações para o ensino ou outra qualquer actividade no domínio da comunicação pela palavra.

Não é fácil, com tais elementos, emoldurar o painel de competências académicas, a partir dos conteúdos destes documentos e, concretamente, em relação a um município com um território muito definido, pois Valadares ainda existia como espaço concelhio, por isso com algumas terras que mais tarde seriam integradas nas autarquias de Monção e de Melgaço, no ano de 1855. Nas freguesias de Penso e Alvaredo, duas localidades administradas por Valadares, deram entrada três indivíduos rotulados com o grau de instrução *suficiente e medíocre*, o que mais empobrece o referido cenário, quando cotejado com o núcleo formado pelos restantes colegas de outras localidades do distrito de Viana do Castelo.

O espaço geográfico de Monção, como aconteceu ao de Melgaço, também foi ampliado com paróquias da extinta edilidade de Valadares. Vários monges, dos que se fixaram neste município, possuíam boas referências académicas, enquanto que outros foram indicados como sendo portadores de uma «*instrução medíocre*», eram irmãos leigos, o que mostra, relativamente a tais religiosos, que tinham os rudimentos da cultura do abecedário, considerados insuficientes para a assunção de actividades lectivas

Humildes, o.c., pp. 61-62.

⁴³ Por ser «*professor de latim nesta villa*», não auferia prestação. Cf. A.G.C., «*Relação nominal dos egressos existentes neste concelho (...) de Caminha, 28 de Agosto de 1841.*»

⁴⁴ A referência a este estudante surge com a data de 28 de Agosto de 1841, quando

ou ocupação de lugares na administração pública. É de sublinhar o refluxo de quadros com prestígio. Alguns tinham exercido funções destacáveis nas casas e congregações a que estavam vinculados. Ilustramos com a pessoa de Francisco Castro, secretário-geral e mestre na própria ordem de Cister, onde «*regeu Teologia e Moral*»⁴⁸. Quando foi obrigado a deixar o habitáculo religioso, encontrava-se no mosteiro de Alcobaça e fixou-se, aos 51 anos de idade, no vale do rio Minho.

Paredes de Coura apresenta um cenário onde cerca de metade dos conventuais é descrita como destituída de estudos maiores, se admitirmos que, dos vinte elementos nomeados, só dez foram registados como detentores de «*instrução*». Resulta um panorama, para este espaço administrativo, onde os monges não figuram qualificados pelas autoridades como potenciais difusores oficiais das letras. O número de sacerdotes a residir nesta área era muito elevado e bastava para uma boa cobertura geográfica. As aldeias de Insalde, Formariz, Cossourado e Ferreira, além da própria vila de Paredes de Coura, tinham acolhido dois ou mais eclesiásticos, número bastante para ministrarem o ensino da leitura e escrita⁴⁹. Não cremos que se deva inferir que os restantes indivíduos eram pessoas desprovidas de conhecimentos letrados. Tinham, certamente, competências mínimas para assumirem responsabilidades em funções que exigiam a transferência de saberes veiculados pela escrita, adquiridos nos vários centros religiosos em que viveram. Ao serem integrados nestes locais, partilharam os conhecimentos com os seus conterrâneos, responsabilizando-se pela alfabetização dos jovens, quando foram transformados em egressos e se fixaram nestas paróquias.

Ponte de Lima é a área mais beneficiada, se considerarmos a presença de muitos retornados com capacidades para o magistério das letras, alguns dos quais conseguiram ocupação no ensino⁵⁰. Entre este corpo de eclesiásticos,

tinha 25 anos. Auferia a verba por Viana e encontrava-se em gozo de férias na freguesia de Vilar de Mouros. Um novo rol regista-o a receber por Lisboa, em 20 de Novembro do mesmo ano.

⁴⁵ Em Caminha o ensino das primeiras letras tinha sido entregue aos Franciscanos (religiosos da Conceição) desde 1778. O docente responsável pela difusão da leitura e escrita, em 1818, era Frei João da Família Sagrada, como menciona FERNANDES, Rogério – *Os Caminhos do ABC, Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 427.

⁴⁶ Supunha-se que estes eclesiásticos, depois de saírem dos mosteiros, teriam dedicado parte do tempo ao magistério, todavia não se encontravam provas de tais factos, além dos frades arrolados na qualidade de professores particulares e públicos em várias localidades do Alto-Minho na década de sessenta. Ora, as autoridades do município de Caminha testemunham que «*Há neste concelho (...) alguns eclesiásticos de pro-*

descobrimos sacerdotes com uma formação superior ⁵¹, havendo mesmo pregadores que cultivavam o magistério do púlpito e professores de teologia, todos personalidades com um perfil intelectual bem sublinhado ⁵².

Constatámos que um grande número de religiosos era portador de boas «*aptidões e moral*», não tendo sido feitas outras referências que nos possibilitem retratá-los neste contexto de “habilitações”, com as quais poderiam desenvolver uma boa actividade pastoral e assegurar a formação académica e educação dos monges mais jovens, embora, à data da feitura da relação de egressos, houvesse alguns sem ocupação anotada ⁵³. Dos trinta e sete religiosos arrolados, onze não eram provenientes de conventos ou mosteiros do Alto-Minho, o que mostra, da parte dos limianos, uma distribuição pelas várias casas das congregações existentes no próprio distrito à data da extinção das respectivas ordens.

Valença albergou um bom conjunto de egressos. Fixaram-se nesta zona trinta e quatro indivíduos, vindos das mais variadas paragens. O administrador do concelho, José Caetano Dias, optou por classificar os professos aqui residentes com expressões definidoras de três níveis: os instruídos, os pouco instruídos e os de instrução sofrível. Assinalou, ainda, para outros, as habilitações mais distintas, quando tinham cursado

bidade que gratuitamente ensinao alguns alunnos filhos de seus vizinhos, parentes e amigos e compadres» Estas palavras mostram-nos as capacidades dos egressos, sendo reconhecidos como bons professores que, depois acolhidos em casas de familiares, dedicavam a maior parte do tempo ao ensino na esfera privada e de carácter “doméstico”. A.G.C., pasta 183, maço 31, «*relatorio [da administração do concelho...] Caminha, 7 d'Agosto de 1862.*»

⁴⁷ Luís Fernandes da Costa é o único que não foi identificado como padre. Tinha 23 anos quando regressou a Reboreda e a nota nada refere, em relação à instrução, o que não significa falta de competência, porque não tinha feito estudos de filosofia e muito menos os eclesiásticos. Cf. A.G.C., «*Relação dos egressos prestacionados existentes neste concelho (...) de Vila Nova de Cerveira, 24 de Dezembro de 1841.*»

⁴⁸ A «*Relação dos Egressos residentes no concelho de Monsão*», datada de 23 de Novembro de 1841, aponta este Presbítero, de 58 anos de idade, como tendo vindo de Alcobaça e anota, nas observações, que fora «*Mestre e Secretário Geral da ordem.*» Uma outra “Relação”, elaborada em 3 de Setembro do mesmo ano, faz menção ao Padre Francisco José Nunes, que viveu na aldeia da Lapela e encontrava-se a leccionar freguesia de Vale, Arcos de Valdevez. Trata-se de um professor de quem fizemos citação.

⁴⁹ Veja-se a lista elaborada em 1842, A.G.C., «*Relação dos egressos residentes no concelho de Coura, (...) 20 de Janeiro de 1842.*» No rol feito em Setembro de 1841 temos dois que não são padres, o que significa, para os restantes dezoito, que todos eles foram ordenados sacerdotes com capacidades de difundirem o religioso e ministrarem os Sacramentos, além da catequese e outros ensinamentos.

Filosofia, Teologia, Moral e Dogmática. Com tais informações, podemos asseverar que o quadro, em que se inserem as capacidades «científicas» destes portadores de uma enriquecida cultura das letras, é dominado pelos que foram escalonados no patamar de «*instrução sofrível*». Poderá significar que estamos perante homens do Alto-Minho que adquiriram ao mesmo tempo um padrão elevado de conhecimentos? Há quatro provenientes do convento de São Francisco do Monte, em Viana do Minho, os quais estavam formados em Teologia, Filosofia e Dogmática. Mais surpreendente é a presença destes frades concentrados em onze freguesias, o que pode ter originado maiores oportunidades de escolarização/alfabetização neste espaço onde o rio Minho serve de fronteira entre Portugal e a Galiza.

São parcas as referências directas ao magistério do ensino primário por conta própria. Temos indicação de que Frei Francisco de Maria, irmão leigo, de quem ignoramos o nome secular, «*ocupa-se no ensino primário*», na freguesia de Cerdal, localidade que, em 1835, tinha como professor oficial António José Garcia. O desconhecimento da identificação civil deste grupo de monásticos só nos autoriza a dizer que os egressos vão ser responsáveis pela luta contra o analfabetismo, colorindo esta área com bons indicadores de alfabetização, ao difundirem a catequese e o abecedário, numa expressão, como agentes activos da disseminação do escrito ⁵⁴, através da leccionação na própria residência, à semelhança do que ocorria em Caminha, como nos confirmaram as respectivas autoridades.

Face a Ponte da Barca, conhecemos, somente, os nomes e os locais de morada destes egressos, por isso nada se pode apontar em relação ao nível académico de tais frades ⁵⁵. O cruzamento dos vários róis autoriza-nos a

⁵⁰ Ver, sobre o professorado no Alto-Minho, pago pelos cofres do estado, em 1835, RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.*, pp. 210-212.

⁵¹ São escassos os trabalhos sobre egressos. Através do inquérito ao arceprestado de Ponte de Lima é possível observar o panorama da Igreja e analisar a componente relativa aos agentes do religioso, como fez SOARES, Franquelim Neiva – *A Sociedade Pontelimense na Primeira Metade do Século XIX, o Inquérito do Arceprestado de 1845-1846*, in «Arquivo de Ponte de Lima», Vol. III, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1982, 249-250. As conclusões que Franquelim SOARES retira, em relação ao nível dos estudos dos frades, comparativamente ao restante clero, é de que aqueles detinham melhores indicadores, porque dispunham de colégios para os confrades e mesmo facilidades de intercâmbio internacional, de que resultava boa formação académica.

⁵² Entre os frades, salientamos o padre Francisco Rainha dos Anjos, natural de «*São Paio, Termo de Melgaço*», professor das primeiras letras, e o padre João Bento de Medeiros, natural da Ilha Terceira, «*(...) em 1826 veio para Portugal frequentar os estu-*

sublinhar a existência de alguns habilitados para o magistério, como é o exemplo de Francisco d'Assunção Sousa, a residir na vila da Barca, em 1841, no exercício de funções docentes como professor do ensino oficial na freguesia de Crasto no ano de 1858 ⁵⁶.

O município de Viana apresenta-nos seis irmãos leigos, todos eles apontados como potenciais agentes do ensino primário estatal ⁵⁷, além de dois sem diplomas de estudos. A classificação, elaborada pelo administrador deste município, divulga outros quatro habilitados com «*pouca instrução*». Tais observações correspondem a indivíduos sem formação em Teologia, Moral, Filosofia e Dogmática, mas todos eles foram dados como portadores de aptidões para exercerem o múnus da leccionação por conta dos cofres do estado.

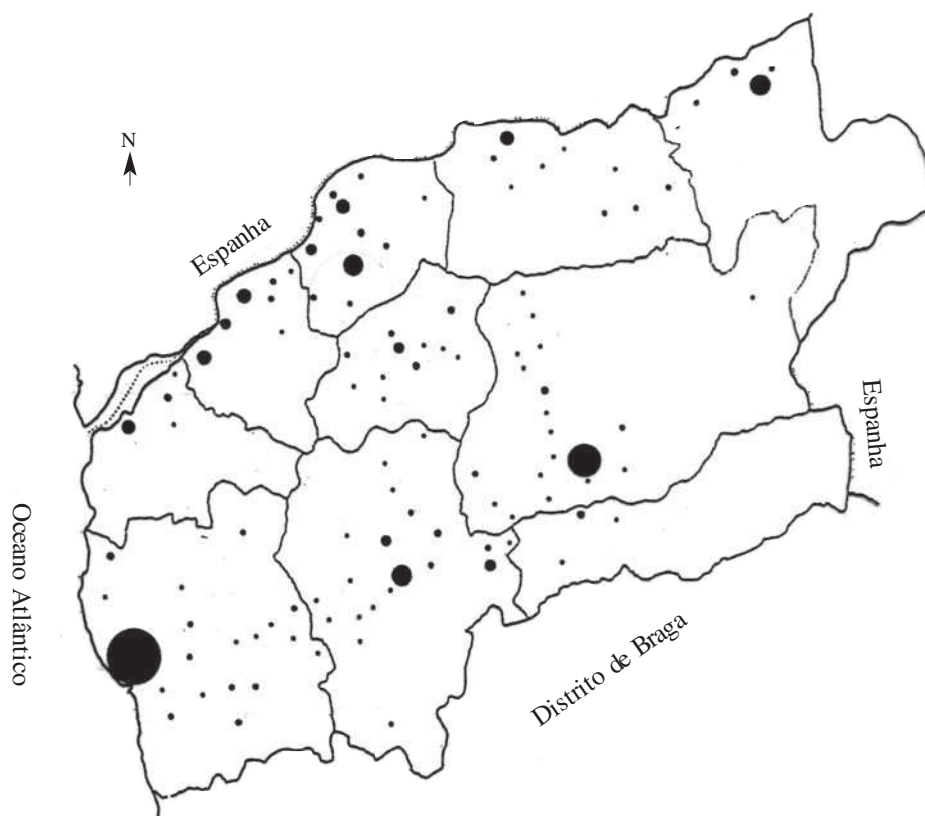
A maioria destes “expulsos”, fixados na vila de Viana do Minho ⁵⁸, são homens cujas competências, ao nível da instrução, aparecem no patamar superior, sacerdotes com elevado grau de doutrinação ⁵⁹, pois reúnem as melhores condições para difusão do escrito e para a luta contra a iliteracia.




dos em Coimbra, onde estudou por algum tempo, (...) em Braga, onde por oposições que fez às cadeiras de Fylosofia e de Theologia, para patente de lente, ensinou Theologia até à extinção das ordens regulares.» Cf. A.G.C., «Relação de todos os egressos residentes no concelho de Ponte de Lima, comarca da mesma vila, com declaração de suas idades e que já se achão empregados e em que qualidade.» Provedoria de Ponte de Lima, 6 de Agosto de 1835.

⁵³ Além da lista anunciada para este município, veja-se, A.G.C., «*Relação dos egressos residentes no concelho de Ponte de Lima, actualmente desempregados (...) Administração do concelho de Ponte de Lima, 11 de Dezembro de 1841.*» Este conjunto de 25 padres, alguns deles encomendados nas aldeias onde se encontravam, foi a mola impulsadora da instrução de carácter doméstico, como confirmou o Administrador do concelho de Caminha.

⁵⁴ Os mestres particulares recebiam em casa os discípulos, especialmente nas terras onde o sacerdote tinha um papel muito activo. No meio urbano encontramos o padre Severino Zamit, da família com o mesmo apelido. Ao fixar-se em Viana do Castelo, a reputação de bom professor de latim, mestre de todos os estilos, realçando-se a forma literária do seu discurso, fizeram dele um dos grandes docentes do ensino doméstico. Leccionava na própria casa, fazendo-o mesmo quando era velho e estava paralisado no leito. O rigor e a disciplina deste agente educativo eram exemplares, com um horário

**EGRESSOS PRESTACIONADOS RESIDENTES NO ALTO-MINHO
ENTRE 1835-1841**

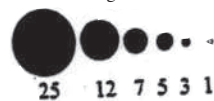


Limite de Fronteira 
Limite de Distrito 
Limite de Concelho 

0 10 km



Egressos



4. Níveis etários e instrução dos frades em 1834

O tecido eclesiástico sofreu profundas alterações com a migração destes membros religiosos e provocou uma modificação nos hábitos de quem estava sob as regras de vivência em comunidade ⁶⁰. A partir de 1834, aumenta a disponibilidade destes agentes da cultura, oferecendo os serviços à sociedade, de acordo com as capacidades de cada um, por vezes em pleno desemprego ⁶¹, à espera de uma esmola ou de um subsídio estatal.

O retorno de várias centenas de frades à casa paterna ou de qualquer parente ⁶², uns idosos, outros mais novos, aumenta a rede de eclesiásticos e provoca algum rejuvenescimento entre a clerezia, cujos níveis etários, ao serem analisados, poderão ajudar-nos a entender os focos de alfabetização existentes no Alto-Minho e o período de fomento destas acções instrutivas em certas terras sem apoio estatal e mesmo sem escola privada.

As idades, anotadas sem o rigor exibido pela data de nascimento, mostram-nos a existência de indivíduos que, ao momento da exclausuração, formavam três grandes grupos. O mais jovem, com menos de trinta anos, reúne cerca de 39%, num universo de 228 homens de quem ficou arrolada a idade em anos, entre os quais havia meia centena de varões na casa dos vinte e cinco. Estes actores da cultura religiosa têm uma marca jovem na pirâmide,

das 7 às 11 da manhã e das 16 às 19 horas, no Verão, ensinava durante sete horas diárias. No Inverno, as actividades iam das 8 às 12 horas, enquanto que o turno seguinte começava às 14 e terminava às 16 horas. CALDAS, José – *Os Humildes, o.c.*, pp. 81-97.

⁵⁵ Embora se trate de uma «*Relaçam dos Egressos prestacionados rezidentes neste concelho (...) de Ponte da Barca, 28 de Agosto de 1841*», indica o nome dos frades e o livro em que estão registados os vencimentos, além das freguesias de fixação. É de crer que outras listagens tenham chegado ao Governo Civil de Viana do Castelo e que, provavelmente, ainda possam existir entre a documentação que se encontra por inventariar, pois outros concelhos fizeram chegar listas mais completas e com datas posteriores. Por estes documentos mais uma vez podemos inferir que a “rede de egressos” teria uma outra dimensão, formada por aqueles que não recebiam ou não reuniam as condições impostas pelo decreto de Joaquim d’Aguiar, tendo sido excluídos da “pensão”, como aconteceu no Alentejo. Cf. REMA, Henrique Pinto – *A Ordem Franciscana no Alentejo*, in «Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora, Actas» vol. I, Évora, Instituto Superior de Teologia/Seminário de Évora, 1994, pp. 369.

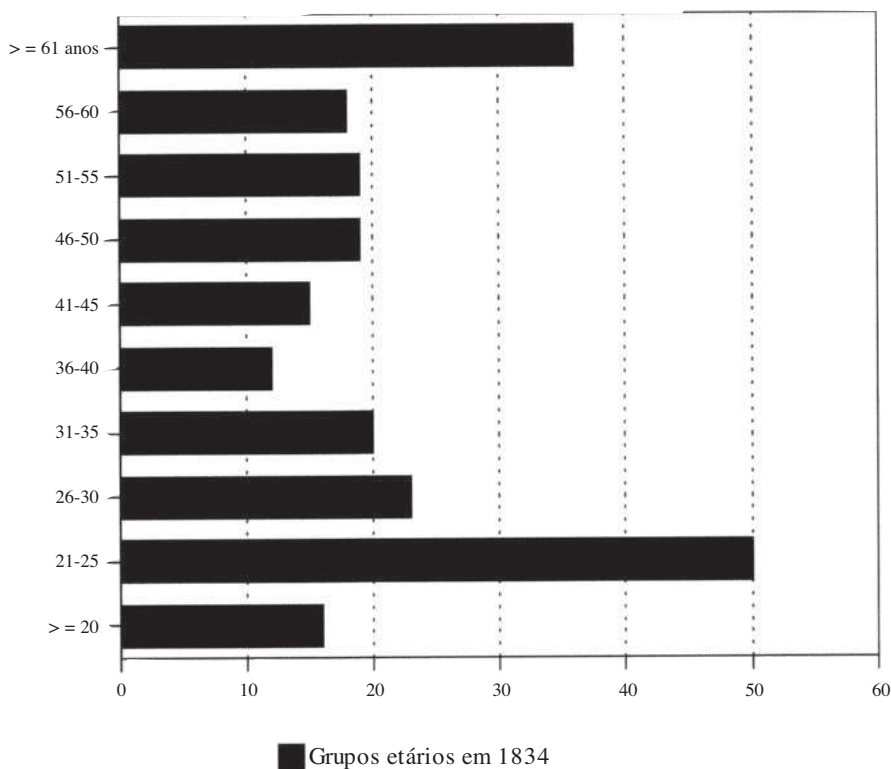
⁵⁶ RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.*, p. 210.

⁵⁷ Cf. A.G.C., «*Relação de todos os egressos residentes no concelho de Viana do Minho (...) 17 de Dezembro de 1841*.»

⁵⁸ A identificação deste burgo como cidade de Viana do Castelo ocorre a partir de

o que confere um certo grau de rejuvenescimento à rede de eclesiásticos. Os mais idosos, onde enquadrámos quem passou a fasquia dos cinquenta, rubricam números correspondentes a 32%, com um total de setenta conventuais. Situados entre ambas as faixas, há um cômputo de sessenta e seis egressos com idades compreendidas entre as trinta e seis e as cinquenta primaveras, cujos grupos etários de cinco anos se harmonizam entre si, pois todos apontam para valores cujos quantitativos são inferiores a vinte frades.

GRÁFICO 1
*GRUPOS ETÁRIOS DOS EGRESSOS PRESTACIONADOS
RESIDENTES NO ALTO-MINHO*



Fonte: A.G.C., *Relações de Egressos em 1835-1841*.

Ficámos a saber que, em relação aos conventuais de quem foi registada a idade, são representados pelos mais jovens ⁶³ e contam com uma boa presença de outros bastante idosos, se considerarmos os padrões de longevidade na época ⁶⁴. Com estes elementos, fizemos um exercício de projecção regressiva e obtivemos a data aproximada do ano de nascimento.

A figura 1 revela crianças vindas à luz do dia na última década de setecentos, as quais, ao momento da extinção das ordens religiosas, eram adultos com idades compreendidas entre os trinta e cinco e os quarenta e cinco. Estes têm a menor representação quantitativa. A imagem também ostenta a existência de um número definhado de “vocações”, se considerarmos o fosso existente entre topo e a base da pirâmide ⁶⁵.

Desta representação, podemos inferir que a década de 1820, período de grandes alterações sócio-políticas, teve reflexos bem vinculados na área da clerezia, com destaque para o universo em que imergem os conventuais. De realçar, ainda, que estes agentes da cultura religiosa, com idades na casa dos vinte, em 1834, ou seja, nascidos no conturbado período das invasões gálicas, mostram boa preparação académica, pois foram indicados como tendo *«bastante instrução»*.

Os baptizados entre 1755 e 1780 constituem o segundo grande bloco. Através destes valores, apercebemo-nos da existência de um clima favorável ao ingresso nas ordens e congregações às quais D. Maria I concedeu o ónus da leccionação ⁶⁶, ou seja, os religiosos da Conceição/Franciscanos

20 de Janeiro de 1848, por isso a nossa referência a Viana do Minho, porque nesta data, sendo sede de distrito, mantinha o estatuto de vila.

⁵⁹ São vários os que foram indicados como reunindo condições para o exercício no ensino secundário, todos com habilitações ao nível da Teologia, frades cursados ao mais elevado grau, que receberam ensinamentos em Coimbra e tinham sido *«mestres em teologia»* Cf. A.G.C., *«Relação de todos os egressos residentes no concelho de Viana do Minho (...) 17 de Dezembro de 1841.»* Ver também CALDAS, José – *Os Humildes*, o.c., onde nos traça o perfil científico de alguns frades que viveram em Viana do Castelo.

⁶⁰ As alterações foram incisivas e introduziram um novo quadro de relações entre a Igreja e o Estado, ao ponto de os sacerdotes acabarem por se aproximarem do funcionalismo público, pagos pelo Estado para o desempenho de funções de apoio à paróquia, aparecendo a nova imagem do padre cidadão, fruto do Liberalismo, semelhante ao funcionário executivo sustentado pelas cóngruas, a quem competia, entre outras actividades, a tarefa de recenseamento militar e o registo paroquial. NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998, p. 57.

⁶¹ A.G.C., *«Relação dos egressos residentes no concelho de Ponte de Lima,*

e Oratorianos, perante esta conjuntura, “abriram” portas aos que desejavam professar nas suas fileiras, se considerarmos o número de regulares nascidos neste período, pois, perfazem um total superior a meia centena, os quais apresentam indicadores de vetustez à data da publicação da lei que os pôs fora do mosteiro.

Mereceu a nossa atenção a presença dos mais jovens, enquadrados no nível etário dos vinte e cinco e que, provavelmente, deram entrada nas várias comunidades durante o governo da Usurpação. Há clérigos, à data da extinção das ordens regulares, com menos de vinte anos, alguns dos deles ainda gozavam do estatuto de «*coristas*» e tinham visto a luz do dia num contexto político-militar bem demarcado, a “fuga da Corte” para o Rio de Janeiro e as invasões francesas. Também a expressão muito atrofiada de rapazes na base da pirâmide pode ser reveladora das dificuldades emergentes da conjuntura sócio-política, com destaque para a guerra civil, pois deveríamos assistir à presença de um grupo mais expressivo entre os menores de vinte anos de idade, se a Igreja não sentisse efeitos do regalismo ⁶⁷.

5. Localidades de origem e “nova residência”

Quando comparámos o total de membros das várias congregações existentes no distrito de Viana do Castelo com os que residiam noutras províncias e deram entrada no Alto-Minho, concluímos que o fluxo teve dimensões diferenciadas e não se distribuiu uniformemente pelos vários municípios.

Em relação aos Arcos de Valdevez, sabemos que afluíram em número três vezes superior aos que se encontravam nos conventos desta autarquia e se espalharam por outros concelhos da região. A Viana chegaram tantos

actualmente desempregados (...) Administração do concelho de Ponte de Lima, 11 de Dezembro de 1841.» doc. s.n. Também João Manuel Afonso, de 41 anos em 1834, identificado por Frei José do Coração do Menino Jesus, Carmelitas Descalços em Viana Castelo, foi registado como desempregado. Frei Pedro das Neves, baptizado como Pedro Correia, era dos Religiosos Conceição e, em 1841, estava sem ocupação. A.G.C., «*Relação de todos os egressos prestacionados existentes neste concelho, com declaração das freguesias em que residem (...) Vianna 25 de Setembro de 1841*», doc. s.n.

⁶² O P. José Sá Abreu Coutinho Ribeira, Natural de Vitorino das Donas, tinha vindo do mosteiro Cisterciense de Águias de Lamego, residia em São João da Ribeira, na casa de seu irmão João Malheiro, onde se encontra «*desempregado*» A.G.C., «*Relação dos egressos residentes no concelho de Ponte de Lima, actualmente desempregados (...) Administração do concelho de Ponte de Lima, 11 de Dezembro de 1841.*»

quantos os que aqui estavam radicados e se dispersaram por todo o espaço distrital, ou seja, o número de entradas aproxima-se dos valores relativos aos que militavam na área de Viana e assentaram residência nos vários municípios desta área. A mesma distribuição geográfica ocorre em Caminha, tendo o total de chegadas apresentado um ligeiro acréscimo, comparativamente aos religiosos que habitavam nas terras do foz do Minho e continuaram a viver no espaço de jurisdição administrativa de Viana (Alto-Minho), operando-se um equilíbrio demográfico relativamente a entradas e a saídas. Para Ponte de Lima presenciámos uma situação não muito diferente da que foi descrita em relação aos Arcos, pois as aldeias desta autarquia acolheram um conjunto de egressos próximo das quatro dezenas.

O cenário mantém-se idêntico para os restantes espaços. Destacam-se os de Cerveira, Valença e Monção na qualidade de autarquias acolhedoras de mais ex-frades do que aqueles que saíram dos conventos existentes nesses locais e foram fixar residência noutras paróquias da região. Os que se encontravam em comunidades das terras de Braga, Lisboa e Coimbra são os que mais contribuíram para o movimento de tais fluxos em direcção às localidades do Vale do Minho.

Não saíram frades de Ponte da Barca e de Paredes de Coura, embora este último município tivesse acolhido uma vintena de monásticos. De Viana do Castelo e de Ponte de Lima partiram, rumo a várias freguesias, os maiores cálculos, tendo-se disseminado por todo o distrito, além dos que devem ter seguido para outras regiões, da mesma forma como chegaram a estes sítios outros das mais variadas localidades, como o gráfico 2 revela.

Não podemos inferir, do exposto, que a demografia dos cenobitas ⁶⁸ se limitava aos valores registados nestas relações, pois muitos outros, naturais de freguesias dos vários distritos, devem ter regressado à terra natal, assim como a esta região aportavam monges vindos de todo o Continente. Note-se que, em 1860, havia, além dos párocos e capelães, mais de seis centenas de «outros eclesiásticos» ⁶⁹. Destes, pouco ou nada conhecemos no momento em que estamos a reflectir sobre tal problemática, contudo,

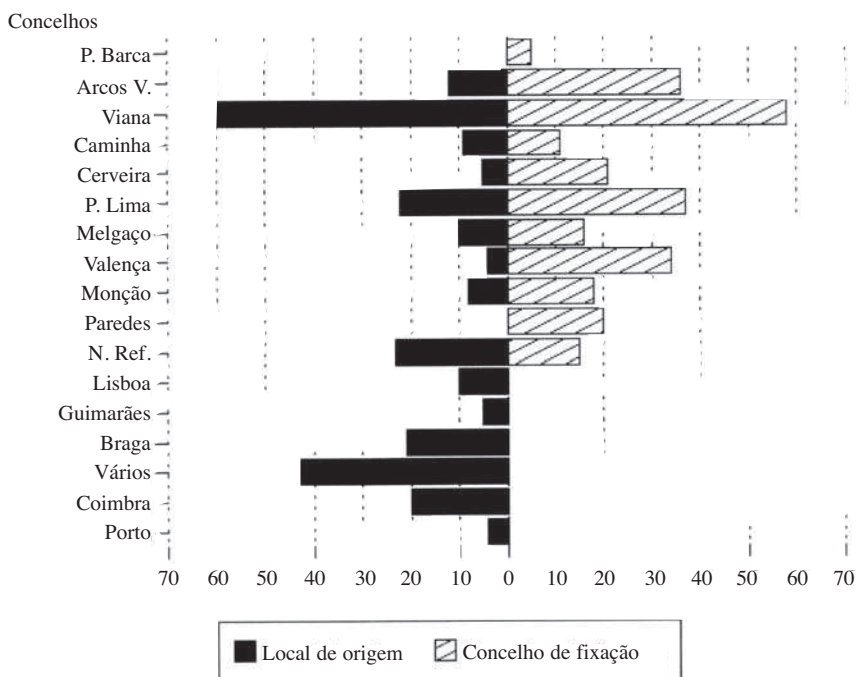
doc. s.n.

⁶³ No Alentejo assistimos, também, à presença da juventude entre os Franciscanos, cujas idades ficam entre os dezoito e os sessenta e um anos. Ver: REMA, Henrique Pinto – *A Ordem Franciscana no Alentejo, o.c.*, pp. 361-388.

⁶⁴ Sobre mortalidade no século XIX ver: RODRIGUES, Teresa – *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995; FEIJÓ, Rui G; MARTINS, Hermínio e CABRAL, João de Pina – *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Quercus, 1985.

sabemos de alguns que não desejaram, de início, ser incluídos no grupo dos «*prestacionistas*» como forma de repudiar a “esmola” oferecida por lei, depois de terem sido extorquidos de todos os haveres.

GRÁFICO 2
DISTRIBUIÇÃO DE EGRESSOS
POR LOCAL DE ORIGEM E CONCELHO DE FIXAÇÃO



Fonte: A.G.C., *Relações de Egressos em 1835-1841*.

A análise a vários testamentos deixados por conventuais, nados noutras localidades e a residirem em Viana, mostra-nos a opção tomada por alguns, continuando até ao fim da vida entre as pessoas do Minho, onde viveram, morreram e foram sepultados. Outros não se habilitaram ⁷⁰, de

⁶⁵ As idades destes membros da igreja foram registadas em relação a 1841. Para obtermos o ano de nascimento, procedemos a simples cálculos de subtração, a partir dos anos anotados nas “folhas” das prestações. Dos nascidos em 1789, 1792 e 1798 temos, respectivamente, dois, um e mais outro, perfazendo o total de 4 frades em todo

imediatamente, ao subsídio que o estado lhes concedia, como forma de expressarem alguma indignação, como já sublinhámos ⁷¹.

Embora não tenhamos indicadores relativos à naturalidade destes eclesiásticos, muitos deles foram reintegrados no serviço da igreja com funções sacerdotais e paroquiais. Julgamos que a maior parte, os que se deslocaram dos vários pontos do país para as aldeias fora da área do convento em que se encontravam à data da exclausuração, terá regressado à terra onde nasceu, pois era mais fácil a inserção social e mesmo uma iniciação profissional condigna, junto da casa que os viu nascer e dos respectivos familiares. Sabemos que outros, por falta de lares que os acolhessem e devido ao anelo que os ligava ao sítio onde investiram o melhor da sua vida, não se ausentaram do espaço onde se encontravam, quando foram proscritos, e optaram por um *modus vivendi* esmolante ⁷².

A configuração que se obtém, quando distribuídos pelos vários concelhos, diz-nos que a área de Viana do Minho é o local de residência mais expressivo, onde cerca de seis dezenas foram identificados nas «*relações de egressos prestacionistas*». A seguir a estes números, apresentam-se as áreas de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Valença, onde deram entrada de mais de três dezenas de conventuais, por autarquia. Os restantes municípios ostentam números mais parcimoniosos, fixando-se menos de vinte professores em cada uma das outras áreas.

6. Congregações e ordens religiosas representadas

As congregações e ordens religiosas que maior contributo deram para esta formação e que mais profundamente vincaram a imagem da Igreja neste espaço geográfico foram os Franciscanos ⁷³, estando aqui englobados

o distrito.

⁶⁶ Após a morte do Rei, em 1777, a filha, D. Maria I, além de aposentar compulsivamente os professores de Grego, Retórica e Filosofia de Viana da Foz do Lima, entregou o ensino aos religiosos da Conceição ou franciscanos e aos oratorianos que tinham casas, mosteiros ou conventos nesta área geográfica, obrigando os professores aí existentes a deslocarem-se para outras localidades e aumentou de sete para vinte e dois o número de mestres das primeiras letras e de oito para onze o total de professores de Gramática Latina. Cf. RODRIGUES, Henrique – *Escola e Família no Alto-Minho, séculos XVIII-XIX*, separata de «Memória», Vol. 2, Ano 2, Viana do Castelo, Instituto Católico, 1995, p. 9. Ver, ainda: NEVES, Pedro Almiro – *A Escolarização dos Saberes Elementares em Portugal nos Finais do Antigo Regime, (1772-1822)*, Maia, Instituto Superior da Maia, 1996; FERNANDES, Rogério – *Os Caminhos do ABC, Sociedade*

os de Santo António e os da Conceição. Seguem-se os Carmelitas e os Beneditinos ⁷⁴. São poucos os Agostinhos, os Dominicanos e os de Cister ⁷⁵ radicados neste distrito. Não menos importante é o facto de registarmos a difusão do culto a Nossa Senhora do Carmo em Viana ⁷⁶, bem visível no número de frades espalhados por Portugal e que fizeram o retorno forçado a estas paragens do Alto-Minho.

O refluxo à terra de naturalidade é muito notado entre os que tinham vestido o hábito de Santo António, logo seguidos pelos que foram identificados por Franciscanos. A terceira posição dos valores é ocupada pelos já referidos Carmelitas Descalços, ficando os Beneditinos no lugar imediato. Daqui não devemos concluir que outras casas religiosas existentes neste distrito fossem menos importantes, mas tão somente que a implantação daquelas congregações e ordens monásticas atraiu elevado número de vianenses, muitos dos quais se encontravam dispersos pelos mais variados pontos do Reino e optaram por viver os últimos anos de vida nestas localidades.

Temos um bom cômputo de agentes da cultura letrada. Entre eles há cerca de 68% de potenciais difusores da alfabetização, se atendermos a que, do total de religiosos arrolados, há cento e vinte e oito com boa formação académica, capazes de exercerem a actividade docente ⁷⁷, muitos dos quais actuaram por conta própria e em núcleos familiares ⁷⁸, outros em escolas particulares e mesmo nas de carácter oficial ⁷⁹. Se alguns têm uma idade avançada, não significa que não pudessem reunir condições psíquicas que permitissem o acto de ensinar, pois as capacidades físicas nem sempre eram de todo impeditivas para o exercício do magistério ⁸⁰.

Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras, Porto, Porto Editora, 1994; GOMES, Joaquim Ferreira – *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, 2ª Edição, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989; ADÃO, Áurea – *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras, as Aulas Régias (1772-1794)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

⁶⁷ Tivemos oportunidade de fazer uma pequena reflexão sobre esta matéria em RODRIGUES, Henrique – *Alunos Examinados no Liceu Nacional de Viana do Castelo em 1861 para Ingresso no Seminário de Braga, Reflexos do Regalismo*, Separata de «Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora», vol. II, Évora, 1994.

⁶⁸ Ver o quadro com a distribuição de eclesiásticos na década de sessenta, assim como SOUSA, Fernando e ALVES, Jorge Fernandes – *Alto-Minho, População e Economia nos Finais de Setecentos*, Lisboa, Presença, 1997, p. 63, onde se reúnem os conventos e clero regular na passagem de setecentos para o século XIX, cuja tendência mostra um decréscimo de vocações nesta área.

⁶⁹ COELHO, Eusébio Cândido C. P. Furtado – *Estatística do Districto de Vianna*

7. Conclusão

Os monges e frades ordenados com o Sacramento da Ordem e os irmãos leigos, egressos fixados no distrito de Viana do Castelo, formam um escol e destacam-se ao nível dos valores humanos e da riqueza dos saberes. Muitos distinguiram-se, ao atingirem um elevado patamar da pirâmide da ilustração e dos conhecimentos, tendo alguns obtido o estatuto lentes universitários.

Depois de expulsos dos conventos, uns foram recuperados para o desempenho do múnus da leccionação em vários graus de ensino estatal, outros leccionaram em estabelecimentos privados ou em espaços domésticos, aqueles que possuíam reais capacidades e foram desaproveitadas pelo poder político, porque haviam apoiado a causa do Absolutismo, tendo sido suspensos do exercício das funções lectivas. O refluxo destes quadros proporcionou uma mais valia cultural para o Alto-Minho, cujos frutos são visíveis através da análise à rede de escolas privadas e ao elevado índice de alfabetização no século XIX ⁸¹, especialmente no contexto da emigração com passaporte para o Brasil.

Contabilizámos cerca de duas dezenas de religiosos detentores de habilitações ao nível dos estudos de Teologia, Filosofia, Moral e Dogmática, o que permite inferir que tais personalidades eram cientificamente muito respeitadas ⁸², motivo porque tinham sido nomeados para o exercício de funções de “mestres” nas respectivas ordens e conventos ⁸³ antes da extinção das mesmas casas.

do Castello, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p. 222. Ver também o quadro respectivo que segue no final do texto.

⁷⁰ A habilitação era feita através da prova em como os frades não se enquadravam no artigo 4º do decreto da extinção das ordens religiosas e não tinham vendido ou concorrido para a alienação dos bens das casas em que habitavam. ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Porto/Lisboa, Livraria Civilização-Editora, 1970, p. 49.

⁷¹ Ver, sobre alguns destes frades, a descrição de CALDAS, José – *Os Humildes*, o.c..

⁷² José CALDAS, na obra anteriormente citada, presta homenagem a algumas figuras que cultivaram as letras e, por terem simpatia pela causa miguelista, não aceitaram de imediato a subjugação do Liberalismo.

⁷³ Sobre os Franciscanos na região e na idade média, ver MARQUES, José – *Os Franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, Separata do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. I, Porto, 1982. Além do conhecermos os nomes de fra-

A lei de 1834 também afectou aqueles que, à data da exclaustração, frequentavam os «*estudos maiores*» e preparavam-se para receber o Sacramento da Ordem, razão porque não possuíam os cursos completos e optaram por dar seguimento aos respectivos estudos na academia de Coimbra. Estes eram jovens, cujas capacidades intelectuais lhes permitiram dar continuidade à formação universitária, havendo mesmo os que foram acabar os cursos no estrangeiro ⁸⁴.

Cerca de 50% foram referenciados como portadores de habilitações dignas de registo, cuja craveira, dentro das bitolas em questão, é de nível “médio”. Reconhecidos como pessoas instruídas, distinguem-se trinta e seis membros, posicionados no topo da hierarquia dos saberes, pois foram classificados com o mais elevado grau de conhecimentos, ao serem etiquetados como *muito instruídos*, *excelentes*, ou detentores de *bastante instrução*. São menos de dúzia e meia aqueles de quem os administradores dos concelhos disseram tratar-se de frades com poucas competências relativas aos saberes que a preparação eclesiástica facultava, entre os quais se encontram alguns “irmãos”.

O patamar ao nível da formação, que emerge das “*relações de egressos*”, construído entre os de *boa*, *bastante ou muita instrução*, retrata mais de catorze por cento destes homens ligados à vida religiosa. Os que aparecem catalogados com *alguma*, *pouca instrução* ou *sofrível* apontam para os 7,4%. Valor mais elevado encontra-se entre os cursados em Teologia, Filosofia e as disciplinas de Dogmática e Moral, que assomam os 10,5%. O número dos que foram inscritos a meio da tabela, ou seja, os frades instruídos, apresentam valores mais expressivos, como já anotámos.

As propostas de emprego para estes membros da Igreja foram múltiplas. Estavam apontados para o ofício de professor das primeiras letras, quase sempre, egressos classificados como «*pouca instrução*.» Cremos que estes monges não tinham atingido o nível cultural dos que foram indigitados para o ensino secundário, que detêm um elevado grau de instrução/conhecimentos. Outros há que tinham frequentado o curso de Filosofia, ou eram estudantes de Retórica, e receberam a indicação de que possuíam «*alguma instrução*», o que nos faz pensar na existência de múltiplas bitolas, que se apresentavam de acordo com os perfis que os vários administradores usaram para elaborar as respectivas relações nominais de cada

des, temos informação sobre as datas em que foram ordenados subdiáconos, diáconos e presbíteros, embora o próprio autor nos advirta que se trata de um estudo «*lacunar, não só devido ao número de comunidades aqui implantadas e à ausência de fontes documen-*

concelho.

Assim, não é ousado inferir que tais avaliações devem ter sido elaboradas a partir de vários modelos, cujos conhecimentos base teriam sido nivelados pelos saberes que um eclesiástico adquiria. Desta forma, aqueles que aparecem registados como possuindo poucas habilitações foram submetidos a um padrão de apreciação cultural muito elevado, ou os respectivos “júris de avaliação” eram por demais exigentes quanto à instrução dos cenobitas.

Estes membros da Igreja reuniam as condições ideais, depois de terem sido expulsos das casas religiosas, para servirem de veículos difusores da cultura letrada e agentes de escolarização. Em síntese, acabaram por assumir um papel de relevância ao nível da alfabetização, no século XIX, quando regressaram às aldeias onde nasceram, passando a coabitar com os a população das respectivas paróquias e a ensinar o que de melhor sabiam, quer ao nível da catequese, quer na arte de ler e escrever e contar.

O número de regulares existentes no Alto-Minho, antes da exclausuração, era inferior ao quantitativo dos prestacionados em 1841, o que demonstra que houve um fluxo para o distrito, com destaque para os concelhos de Paredes de Coura e Ponte da Barca que passaram a contar com monásticos vindos de muitos conventos. Os municípios de Valença e de Vila Nova de Cerveira, além dos que apontámos anteriormente, foram os mais beneficiados com a chegada destes agentes, enquanto que de Viana do Castelo saíram cerca de meia centena de monges, os quais devem ter regressado à casa de familiares.

Importante é podermos registar que a geografia dos eclesiásticos tem uma forte implantação demográfica em 1860, quando Paredes de Coura, Monção, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Viana do Castelo apresentam mais de seis centenas de membros da Igreja ⁸⁵, sendo muitos deles sacerdotes formados nos conventos.

tais que permitem a elaboração de monografias rigorosas (...)» p. 35.

⁷⁴ Para uma visão sobre os beneditinos nas Terras de Valdevez, ver COSTA, Pe. Avelino de Jesus da – *O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez (subsídios para uma monografia do concelho)*, Arcos de Valdevez, edição do autor, 1984.

⁷⁵ Sobre a Ordem de Cister no Alto-Minho ver RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Subsídios para a Ordem de Cister no Alto-Minho*, separata de «Caminiana», vol. XIV, Caminha, 1988, pp.193-214; MARQUES, José – *O Mosteiro de Fiães*, Braga, Ed. Autor,

**FRADES E ECLESIÁSTICOS RESIDENTES
NO ALTO MINHO ENTRE 1835-1860**

| CONCELHOS | FRADES EM 1834 * | EGRESSOS EM 1841 ** | FRADES EM 1860 *** | ECLESIÁSTICOS EM 1860 |
|-------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Arcos de Valdevez | 31 | 36 | 97 | 149 |
| Caminha | 14 | 11 | 33 | 53 |
| Paredes de Coura | 0 | 20 | 76 | 97 |
| Melgaço | 10 | 16 | 48 | 67 |
| Monção | 15 | 18 | 87 | 120 |
| Ponte da Barca | 0 | 5 | 37 | 66 |
| Ponte de Lima | 34 | 37 | 89 | 142 |
| Valença | 15 | 34 | 57 | 75 |
| Viana do Castelo | 107 | 58 | 109 | 154 |
| Cerveira | 10 | 21 | 31 | 47 |
| Total | 236 | 256 | 664 | 970 |

* Fonte: COELHO, Eusébio Cândido C. P. Furtado – *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 15-17.

** Fonte «*Listas de egressos prestacionados*» nos vários concelhos, citadas anteriormente.

*** Fonte: COELHO, Eusébio Cândido C. P. Furtado – *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p. 222.

Este grupo de membros da igreja aparece identificado por «*outros eclesiásticos*». Deprendemos que deve tratar-se de frades regressados e, possivelmente, de sacerdotes ordenados sem paróquia, já que o autor não esclarece sobre este ponto e não se pronuncia sobre os egressos nesta data.